

Inconfidência Mineira

Entre a resistência negra e a pressão da metrópole

O século XVIII foi palco de profundas transformações econômicas e políticas – não raro é considerado um século de transição. O Iluminismo, que já havia dado importantes frutos no século XVII, ampliou seu repertório e se diferenciou internamente; conflitos se acirraram nos países metropolitanos, o regime feudal entrou em sua crise definitiva – em grande parte motorizada pela rede comercial propiciada pelas colônias – enfim, são os últimos dias do Antigo Regime. Para entender melhor o que se passa nas Minas Gerais, interessa-nos localizar Portugal em meio a esse conjunto de transformações. Articular a resposta de Portugal a esse imperativo, à situação colonial e de Minas em particular, com atenção especial à articulação entre quilombos, escravos e autoridade, nos permitirá traçar um panorama mais profundo da Inconfidência Mineira, na tentativa de encontrar seus limites como expressão dos limites da própria elite colonial. Esses que serão, ao longo do século XIX, apesar de importantes diferenças, os limites da nascente burguesia nacional. Portugal, que já vinha sofrendo forte desgaste ao longo do século XVII, encontrou no século XVIII sua localização definitiva como membro periférico da acumulação de capital, apesar de agente fundamental para acumulação inglesa. O sistema colonial, segundo o historiador Fernando Novais, se caracterizou por economias

coloniais especializadas “na produção de determinadas mercadorias para o mercado europeu”, num arranjo que encontrou na expansão ultramarina resposta para os desafios de crescimento da economia mercantil europeia. O historiador continua:

Mais ainda, toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que servem de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial. (...) E aqui tocamos no ponto nevrálgico: a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É nesse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: assim em primeiro lugar, o regime do comércio se desenvolve nos quadros do exclusivo metropolitano; daí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares às economias centrais; enfim, a produção se organiza de molde a permitir o funcionamento global do sistema.¹

A crise do Antigo Regime encontra na Inconfidência Mineira sua primeira expressão de fato no Brasil. A Revolução Industrial, que se inicia no século XVIII, marca o início da crise irreversível desse sistema; a Independência dos Estados Unidos lhe complementa ao abater o sistema colonial. Portugal beneficiou-se de seu “pioneirismo” nas primeiras fases do capitalismo comercial. Entretanto, na crise do Antigo Regime, seu “pioneirismo” não lhe trouxe vantagens, pois não foi capaz de acompanhar “(...) na época da acumulação originária, o ritmo de crescimento econômico das grandes potências colonizadoras europeias”². Sua relação com a Inglaterra, a posição que ocupava no cenário europeu e, principalmente, a combinação entre atraso e a improdutividade na Metrópole e atraso e produtividade alta (ainda que sazonal) em sua principal colônia, o coloca em posição desvantajosa para lidar com as transformações da época. Os longos

¹ Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Hucitec, 8ª edição, 2009.

² Idem, op.cit.

séculos de luta ultramarina e colonial pela hegemonia no atlântico chegam ao clímax, e Portugal não está na disputa.

O Marquês de Pombal foi parte constitutiva da maneira com a qual Portugal respondeu à crise do Antigo Regime e, em particular, à crise do sistema colonial. A política de Pombal pode ser entendida como uma combinação entre o passado e presente, em termos de método e objetivo: a busca por reconquistar maior autonomia política de Portugal de inícios do século XVI, através de um mercantilismo flexível, não-tradicional.

Os anos de Pombal foram a primeira demonstração clara de que qualquer ambição Metropolitana passava pela otimização dos recursos do Brasil, na perspectiva de fortalecê-lo enquanto colônia. A debilidade de Portugal se expressou, justamente, na busca por se apoiar no Brasil como motor de sua economia, baseando-se essencialmente no comércio, enquanto os imperialismos em ascensão utilizavam suas colônias como parte acessória do desenvolvimento econômico industrial interno, de acumulação de capital. Não era a estrutura produtiva do Brasil (nos finais do século XVII) que impedia Portugal de acumular grandes somas de capital e sim a própria organização interna portuguesa. Portugal se centrava no comércio, na reexportação em troca de artigos manufaturados, enquanto os principais países da Europa utilizavam as matérias-primas das colônias para se industrializar. As formas com as quais Portugal utilizava os recursos do Brasil estão relacionadas com sua localização dentro das potências metropolitanas – no caso, uma posição subordinada. Controle mais rígido das fronteiras, estímulo ao povoamento do interior, incentivo aos grandes engenhos na busca por uma maior produtividade agrícola³, renovação da estrutura tributária – em Portugal e no Brasil

³ Convém que não nos esqueçamos que maior produtividade agrícola significa, no que refere à relação com o escravo, a busca incessante pelo equilíbrio ótimo entre agressão física como estímulo e a capacidade de reação do escravo. Erros no cálculo sempre houveram; não para menos.

– e o surgimento de organismos de repressão profissionais internos na colônia estão entre as medidas de Pombal. Resta saber o que ficou como legado; no centro da política metropolitana surgia com cada vez mais força o estado de Minas Gerais.

Segundo Novais, é na relação entre agricultura e indústria, entre o campo e a cidade, que o atraso dos países ibéricos se revelava com força. A incipiente industrialização promovida por Pombal não seria capaz de acelerar o ritmo da integração nacional entre esses dois pólos.

A força do Império inglês tinha como núcleo o desenvolvimento da relação entre campo e cidade na qual a última, em algum momento, obteve hegemonia; é através dos interesses da cidade, ou seja, da reprodução ampliada de capital, que se desenvolvem as relações no campo. Para a existência de Manchester, Liverpool, Londres, não foram necessários somente os portos escravistas, mas a espoliação do campo irlandês. O coração capitalista imprimia uma dinâmica desigual e combinada por todos seus poros. Portugal, como se vê, se beneficiou periféricamente da acumulação de capital, mantendo seu horizonte à vista das trocas comerciais. Esta é a força que o Brasil lhe imprimiu e esse é todo o interesse metropolitano que repousou sobre a colônia.

A diferenciação produtiva em Portugal, ainda que tenha sido constituída sob pés não muito firmes, acarretou uma combinação de elementos essenciais para a relação entre Portugal e Brasil (e, naturalmente, entre Portugal e Inglaterra). 1) A queda do rendimento aurífero, a qual postou os olhos da Inglaterra sob o algodão; 2) A fusão entre capital privado e estatal se realizou como “consequência natural”⁴ para o desenvolvimento de fábricas em Portugal, e parte considerável do capital era originado através das relações com o Brasil.

⁴ Kenneth Maxwell. *A Devassa da Devassa*. Paz e Terra, 8ª edição, 2010.

Pombal pautou suas ações pela tentativa de realocar Portugal à crise do Antigo Regime e impedir sua completa subordinação aos demais países metropolitanos, principalmente a Inglaterra. Nesse cenário, Portugal aposta todas suas fichas no Brasil. Esse “apertar” dos cintos, que incluiu como um de seus eixos uma pressão bem maior para a extração de mais impostos para os cofres da Metrópole, impulsionou um grau de insatisfação fora do comum entre os colonos. Uma das expressões mais claras desse aumento da pressão fiscal sobre a Colônia foi não somente a instituição do “quinto” (imposto que a metrópole cobrava sobre 20% de toda a produção aurífera), mas também a criação de novos mecanismos de controle fiscal – incluindo instrumentos de repressão – para garantir a extração dos impostos. Ao mesmo tempo, mesmo com esse nível mais “agudo” de insatisfação com a política metropolitana, que levou à elaboração de um plano inconfidente, as possibilidades dos colonos eram poucas, pois, essencialmente, necessitavam da estrutura produtiva que a metrópole implantou, e tinham pavor de uma mobilização mais intensa dos negros ameaçarem seu próprio poder. Ou seja, havia uma dependência estrutural da elite colonial em relação à metrópole tanto de um ponto de vista econômico como de um ponto de vista político-militar, de controle sobre os conflitos inerentes aos privilégios de uma casta parasita sobre enormes massas de população explorada e oprimida. Apesar de não haver nenhuma mudança estrutural – além da intensificação da crise –, o processo iniciado com Pombal abriu espaço para a entrada efetiva da “Ilustração Europeia”.

Cruzando o Atlântico, Minas Gerais, como província mais reluzente da colônia em função do auge da exploração do ouro, se encontrava no centro dos problemas e atenções de Portugal. As mudanças e os planos da Metrópole atingiam plenamente a vida na província, que os absorvia, rearticulava seu significado, constituindo-se como parte de um mesmo conjunto de interesses; algumas mudanças impostas pela metrópole também eram, de certa forma, benéficas às elites coloniais. Os governantes locais, as elites locais, absorviam essas

mudanças e as implementavam de uma forma que melhor servisse a seus interesses; assim, minimizavam boa parte de uma potencial oposição completa de interesses. Como alcançá-los será grande parte do motor da inconfidência e da rebeldia, um tanto inofensiva, de sua elite, que estava pressionada por todos os lados.

A atenção metropolitana ao estado de Minas, frente ao cenário exposto brevemente acima, se cristalizou na constituição de uma das mais perversas e violentas formas de controle social. Na base do sistema, os escravos. A maior liberdade de trânsito como característica da escravidão urbana fez de Minas a exceção; o controle sobre trabalho escravo respondeu às exigências de produtividade da Coroa.

Houve de fato a constituição, lenta e inicial, de uma camada, de um extrato, intermediário; composta por mineradores que não deram certo, mas não o suficiente para serem eliminados da arena, até migrantes que tiravam vantagem da falta de estrutura comercial, da rara oferta de serviços.

No topo, uma elite irresoluta, apesar de já começar a dar os primeiros passos em direção a uma feição “própria”. O ouro começava a escassear. Uma noção profunda da vida em Minas só é possível levando em conta todos seus agentes. Mas, para os limites deste trabalho, vamos dar atenção aos dois polos, aos escravos e à elite.

Com a mineração surgiram os primeiros quilombos diretamente ligados às cidades. Cidades de porte considerável, como Salvador e Recife, eram, antes de mais nada, portos que articulavam o escoamento da produção de açúcar. O centro do trabalho escravo permanecia nas fazendas. Ao longo do século XVIII e, principalmente do século XIX, essas cidades serão palco de importante resistência escrava, principalmente Salvador, com a Revolta dos Malês. Porém, mesmo nas primeiras décadas do século XIX, o trabalho escravo em Salvador é composto por escravos de encomenda, de serviço, entre outros, com uma economia baiana em declínio. Em Minas, a cidade era o centro produtivo, ou melhor, as cidades se desenvolveram,

desorganizadamente, ao redor das principais minas. Uma situação nova, tanto para os escravos quanto para as autoridades.

Quilombos não tardaram a surgir em Minas. Não houve nenhuma insurreição, ainda que frustrada, durante o período de mineração. Mas os quilombos próximos às cidades, a alta concentração de negros nas ruas e as diversas possibilidades de socialização inerentes às cidades em ebulição (entre as quais o contrabando de ouro e diamante) compunham o receituário do pavor das autoridades coloniais.

Houve quilombos enormes, como o de Campo Grande. Porém, em sua maioria eram pequenos, por vezes nômades e de composição de ex-escravos. Em grande medida eram destes que se articulava a maior parte das relações mercantis entre os quilombos e as cidades. Trocas que eram o temor das autoridades coloniais, uma vez que naturalmente fugiam às taxas legais. Donald Ramos, estudando Vila Rica, afirmou:

O maior problema para as autoridades eram as relações simbióticas desenvolvidas entre os quilombolas e os moradores da região. Os fugitivos claramente buscavam apoio entre habitantes de Vila Rica e outras vilas e, conforme a Câmara, essa ajuda era obtida não apenas de escravos e libertos, mas também de homens livres e brancos. Como parte de sua campanha para destruir os quilombos, em 1735 a Câmara de Vila Rica acusou que os vendeiros ‘de noite recolhem os negros calhambolas para venda de todo o necessário’. Os fugitivos estavam acostumados a trocar produtos que eles próprios produziam por pólvora e chumbo, tipo de transação denunciada pela Câmara desde pelo menos 1714.⁵

Assim como em determinados momentos da história de Palmares, Coroa e Colônia divergiam acerca das medidas repressivas. O Conde de Assumar, por exemplo, chegou a propor o corte do tendão de Aquiles dos escravos fugidos, medida não aceita pela Coroa. A Coroa não tinha

⁵ Donald Ramos. O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais do Século XVII, In: *Liberdade Por um Fio*. Orgs Flavio Gomes e João José Reis. Companhia das Letras, 1ª edição, 1996.

uma posição definida acerca do que deveria constituir represália aos escravos, buscava conter o que considerava excessos – e não raro fracassava sob a pressão das autoridades coloniais.

Segundo Carlos Magno Guimarães, a atividade econômica dos quilombos variava bastante: os que se encontravam próximos às áreas de mineração se dedicavam à extração clandestina, e “*com o produto dessa atividade obtinham de contrabandistas o que necessitavam, como pólvora, armas e alimento*”; porém “*nas áreas onde não havia ocorrência mineral, como no sertão da capitania, os quilombos tiveram de se dedicar a outras atividades, como a agricultura e a caça.*”⁶

Não é possível, nos limites deste documento, descrever a história dos quilombos em Minas ao longo do século XVIII – o chamado Campo Grande, o Ambrósio e centenas de outros (Guimarães chega ao cálculo de 127 quilombos⁷). De 1746 datam os primeiros registros coloniais dando conta da existência de quilombos na região. Não se sabe exatamente quando se aglomeraram pela primeira vez, mas Campo Grande se constituiu em um dos principais problemas da capitania; “*O grandioso e conhecido quilombo de Ambrósio, por exemplo, localizava-se próximo a essa região*”.⁸ O Quilombo de Campo Grande foi destruído em 1759, antes da Inconfidência, mas não saiu da memória dos governantes.

Entre a resistência negra e escrava e os ditames metropolitanos

Para Novais, a crítica iluminista adquire uma conotação específica, de acordo com o local em que se expressa; na metrópole tenderia a ter um caráter reformista (não necessariamente contrarrevolucionário)

⁶ Carlos Magno Guimarães. *Mineração, Quilombos e Palmares - Minas Gerais no Século XVIII*, In: *Liberdade por um Fio*. op. cit.

⁷ “Os mocambos eram tantos que alguns foram descobertos casualmente por expedições que tinham o objetivo principal de procurar novas áreas auríferas no interior da capitania. Muitos dos sítios encontrados já estavam abandonados pelos quilombolas – Flavio Gomes, *A Hidra e os Pântanos*. Unesp, 1ª edição, 2005.

⁸ Idem, op. cit.

e, na colônia, revolucionário⁹. Deriva daí, para Novais, que a crise do Antigo Regime, expressa na crise do sistema colonial, adquiriu contornos decisivos de desencontro de interesses entre Portugal e o Brasil e, o que mais nos interessa, as bases que possibilitariam atitudes independentes da colônia. Para Caio Prado, o fim do século XVIII e o começo do século XIX foi um momento decisivo da história brasileira, que lhe configura o “sentido da colonização”; Novais aprofunda essa visão (com diferenças importantes em relação a Caio Prado) ao estudar a relação e as distintas respostas à crise do Antigo Regime, no Brasil e em Portugal. Sem dúvida, a crise do sistema colonial no final do século XVIII foi parte constituinte e iniciou o processo que desemboca na independência da colônia. Entretanto, não a consideramos um marco por si só, nem sua relevância está articulada a um momento de possibilidade de definição nacional. Uma abordagem nesses termos acaba por fortalecer as possibilidades “abertas” à elite colonial de dirigir o país em termos relativamente próprios.

Como expressão da crise do Antigo Regime, a Inconfidência traz consigo as primeiras manifestações explícitas do iluminismo no Brasil. O iluminismo é teoria e ideologia da burguesia enquanto classe que almeja ser dominante. Busca reformar várias noções e ideias do sistema feudal, revolucionar outras, e deixa-las de acordo com seus interesses. É uma simplificação afirmar que as ideias iluministas são reformistas na metrópole e revolucionárias nas colônias. Alguns ideais iluministas serviram como caldo revolucionário em vários países metropolitanos, em momentos distintos. Nas colônias, não necessariamente adquiriram caráter revolucionário; isso dependia dos agentes que mobilizavam noções iluministas e com quais objetivos. No caso específico da Inconfidência, aspectos teóricos e políticos do arsenal iluminista, nas mãos dos inconfidentes, não possuíam caráter revolucionário algum. Presos pela necessidade da escravidão, pela estrutura fundiária, com pavor de mobilização de

⁹ Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), op. cit.

negros livres e escravizados, os inconfindentes pouco fizeram com a enorme quantidade de livros do arsenal iluminista presentes em suas bibliotecas.

A inconfidência é a marca “nacional” da crise do Antigo Regime (Novais) ao mesmo tempo em que é um dos alicerces desse novo momento da história nacional (Caio Prado). Uma expressão típica de transição na perspectiva de ambos¹⁰; política, econômica e ideologicamente.

Como econômica e politicamente pouco se alterou no fim do século XVIII, Novais dá especial atenção para as transformações ideológicas: *“A tomada de consciência desse processo estrutural [a ruína iminente do Antigo Regime] manifestava-se concomitantemente na filosofia crítica da Ilustração, que na medida em que se formula e se desenvolve, passa a se constituir em aporte integrante e atuante do próprio processo de mudança”*¹¹.

Portugal, como vimos, está empenhado na manutenção das colônias, o que significa a defesa do Absolutismo na metrópole. Nesta, o horizonte da crítica intelectual e ideológica às amarras do Antigo Regime não pode ser nada mais do que estreito. Mesmo assim, as obras que chegam à colônia – e não são poucas –, impulsionam a racionalização da insatisfação dos agentes de controle colonial em relação à política Metropolitana.

Para o historiador, este é quicá o primeiro momento no qual a situação nacional começa a se desenvolver em conflito com a metrópole, e no qual surge a oportunidade de uma expressão ideológica com maiores contornos radicais, o que neste caso adquiriria um conteúdo de contraposição a Portugal. Seria, portanto, o início de uma “consciência nacional”. Segundo Novais, o Iluminismo terá

¹⁰ Caio Prado Júnior por inferência lógica, Novais por posição explícita.

¹¹ Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit.

contornos revolucionários no Brasil, contribuindo para que a formação nacional se inicie sob a seta radical das ideias. A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana teriam sido dois exemplos dessa postura radical (radical, neste contexto, adquire o conteúdo de nacional).

(...) “Surpreendentemente grande o número de livros sobre os Estados Unidos”, nota o historiador americano; mas não é de surpreender, quando se pensa no impacto que a independência americana por certo causou na mente desses colonos, para quem era “das menores desgraças, o viver nas colônias”. Ruptura revolucionária do pacto colonial, a independência norte-americana não podia deixar de imprimir ampla repercussão nas colônias que continuavam presas ao sistema; nova forma política de república eletiva, envolvia funda ruptura com o absolutismo, e por isso repercutiu também densamente na Europa. Sistema colonial e Antigo Regime formavam um todo indissolúvel.”¹²

É assim que, para Novais, a colônia no final do século XVIII já não podia mais dialogar com a metrópole. Corretamente, Novais enxerga que a manutenção do *exclusivismo* (o privilégio da prioridade de Portugal sobre o direito de compra e venda de mercadorias provenientes do Brasil) era essencial à metrópole. Entretanto, ainda que o exclusivismo metropolitano tenha sido, de fato, um pilar da crítica da colônia e razão de profundo descontentamento, não foi suficiente para que as elites brasileiras radicalizassem suas posições e encontrassem o gérmen de uma posição radicalmente anti-metropolitana, ou seja, nacional. A própria crítica ao exclusivismo se revestia de muita retórica e pouca alternativa de fato. Serviu, não como o impulso de radicalidade no enfrentamento entre colônia e metrópole, mas como ferramenta de negociação de condições mais favoráveis à elite nativa dentro dos marcos da manutenção da espoliação colonial. Nos parece que Novais entende como intransigentes os desejos dos inconfidentes de praticar o livre comércio e instaurar manufaturas. Portugal representa,

¹² Novais, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), op. cit

dessa forma, para o historiador, o antigo, o exclusivismo, a lógica extrativista, do quinto; os inconfidentes, a perspectiva revolucionária que estava ao alcance de sua época: livre comércio e manufaturas. *“Para os inconfidentes, era nítida a aspiração pelo comércio livre e o estabelecimento de manufaturas nas colônias”*¹³.

Entretanto, os obstáculos às aspirações dos inconfidentes eram claros e intransponíveis: a defesa do escravismo (que implica em concentração de terras) e o medo de negros e negras, livres e escravos, que naquele momento se cristalizava no terror a uma revolta negra no Brasil. Como instaurar manufaturas, de forma generalizada, com força de trabalho escrava é uma questão não respondida por Novais, e o fim da escravidão não passava perto do programa inconfidente. Encontravam-se em uma situação complicada; descontentes com o fortalecimento do peso da metrópole sobre a colônia (descontentamento que chegou ao ponto de se elaborar, de fato, um plano inconfidente), amarrados economicamente (cada vez mais recorrendo ao contrabando); com o calor da revolução haitiana sob suas costas, como um sinal de alerta veemente para o excesso de radicalismo. Não menos importante, com pleno conhecimento do perigo interno, ou seja, da resistência negra e escrava — Palmares não fora esquecido e Campo Grande havia sido destruído somente algumas décadas antes, a repressão aos quilombos era fonte de atenção concentrada das autoridades, e qualquer um que esticasse o pescoço veria alguma forma de resistência negra, sejam escravos negligenciando trabalho, quilombolas se valendo do relativo anonimato urbano, olhares comunicativos entre si, sons, cantos, entre inúmeros outros — Minas Gerais transpirava trabalho escravo e sua elite branca sabia e temia; não por menos.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de relações comerciais (ilegais) que ultrapassavam os limites do exclusivismo metropolitano não eram um impeditivo absoluto à manutenção da colônia. Estas

¹³ Idem, op. cit.

relações eram consideráveis e fundamentais porque forçavam uma maior dinamização econômica e relativa autonomização regional (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro). Suas contradições permanecerão presentes durante todo o século XIX – quando as elites regionais se lançam a projetos mais ambiciosos – até os anos 30 do século XX¹⁴; não são suficientes, entretanto, para constituírem um eixo comum de crítica a Portugal.

Para nós, os laços que unem Portugal à Colônia são profundos e inclusive asseguram a esta estabilidade interna – uma preocupação presente em todo e qualquer “programa” da elite descontente. Segundo Novais, o fato da Inconfidência Mineira – e da Conjuração Baiana – ter sido traída e, portanto, não ter acontecido, é irrelevante frente à seu intuito supostamente radical. Essa abordagem não explica muita coisa. O que nos interessa saber não é a traição de Joaquim Silvério dos Reis e a suposta frustração de um embate real. O cerne da questão se encontra na relação entre os limites econômicos, sociais e políticos da elite mineira, sua dependência de Portugal (para seguir acumulando), a recepção das ideias iluministas e o impacto da crise final do feudalismo, as intenções dos inconfidentes e a própria repressão metropolitana. Visto desta forma, o aspecto “radical” da Inconfidência dilui-se bastante.

A denúncia do complô e as repressões iniciais somente serviram para fortalecer os aspectos conservadores de uma elite já irresoluta e incapacitada para liderar qualquer embate frontal contra a colônia. Ilustrativos são os planos em relação à defesa do país que seria recém-emancipado: não havia sequer uma estratégia definida de constituição de exército ou milícia. Somente os “dragões de Minas” (força militar regional da época) não seriam suficientes e entregar armas para os escravos estava fora de cogitação. Na falta de um exército permanente e de aliados concretos, qualquer plano inconfidente sério exigiria, pelo

¹⁴ Na realidade permanecem até hoje, mas a consolidação da unidade nacional se obtém, até segunda ordem, na década de 30.

menos, a formação de um exército de alto contingente negro para defender-se das tropas que certamente os cercariam.

A Inconfidência, apesar de dotada de singularidades, em grande medida expressou uma característica que consideramos decisiva, tanto teórica quanto politicamente. A elite nativa do Brasil colonial – que posteriormente vai dar lugar à burguesia brasileira – nasce espremida entre a resistência negra contra a escravidão e a pressão da espoliação de Portugal e da Inglaterra. Os primeiros confrontos da luta de classes no Brasil foram dos negros escravos em rebeldia contra sua condição, como o grande exemplo de Zumbi dos Palmares. O medo das elites da colônia e do império em relação aos negros, em contínuo estado latente e por vezes aberto de rebelião, fez com que estas fugissem – como o diabo da cruz – da possibilidade de armar as massas para uma genuína luta de independência nacional, restando saídas sempre conciliadoras com os impérios. O próprio processo de independência do Brasil se mostra como um importante exemplo disso, já que foi substancialmente mais subjugado que seus análogos na América Latina. Distintas revoltas separatistas do período imperial no Brasil do século XIX começaram com as elites dominantes regionais ameaçando mobilizar – e algumas vezes de fato mobilizando – as massas populares para se contraporem ao poder central; e terminaram com essas mesmas elites regionais pactuando com o centro político para conter a rebelião das massas populares e negras que ameaçavam sair do controle. Sob a pressão imperialista e o medo da revolta escrava e negra, se formava uma semicolônia, estruturalmente incapaz de encarar de forma minimamente séria qualquer uma das demandas democráticas estruturais ou formais mais sentidas do país.